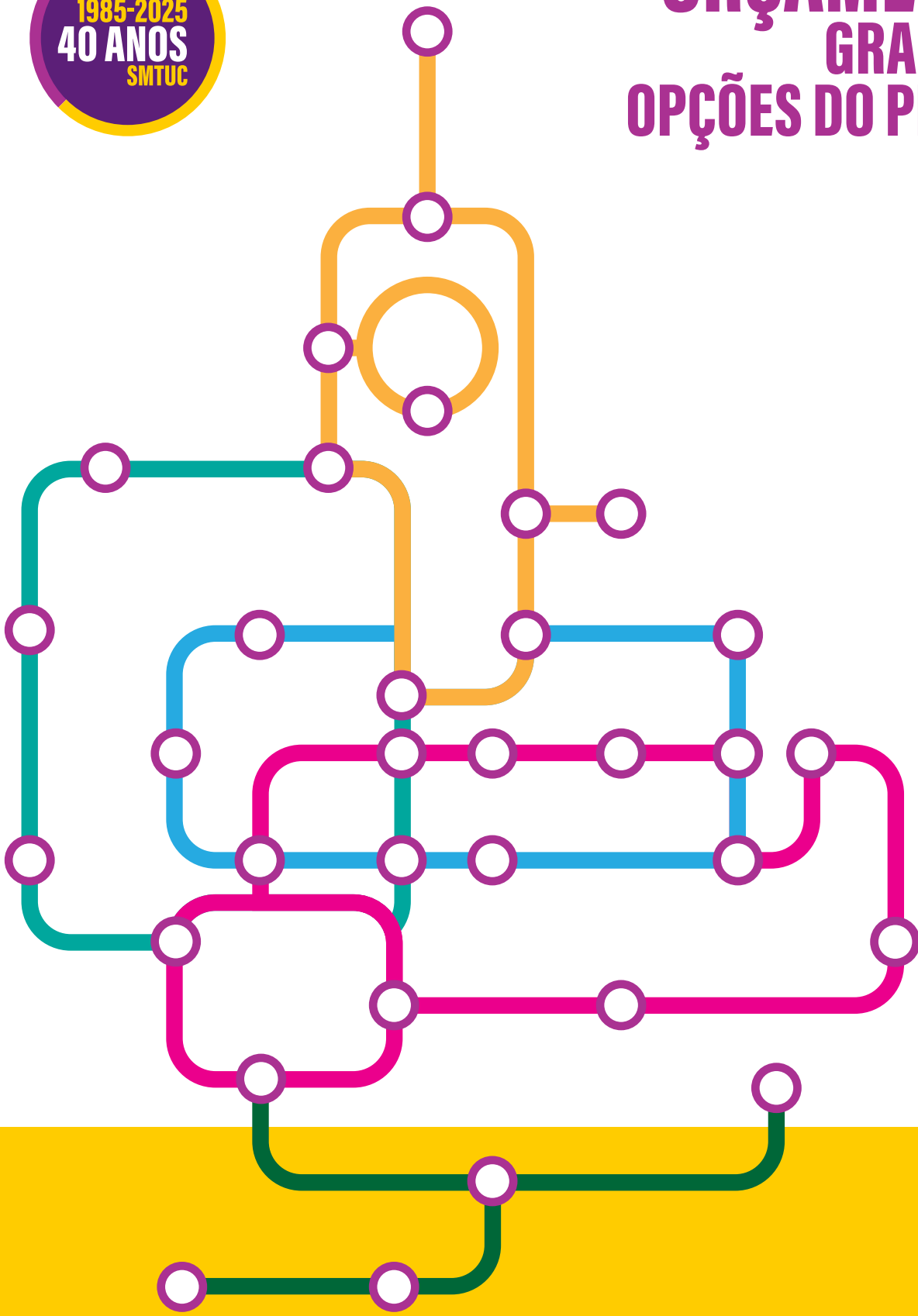




# ORÇAMENTO GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2025



SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS E  
TRANSPORTES  
URBANOS E  
COIMBRA



SERVIÇOS  
MUNICIPALIZADOS DE  
TRANSPORTES  
URBANOS DE  
COIMBRA



CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
COIMBRA

# Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025

## **SMTUC**

**Um pilar de desenvolvimento, sustentável, de Coimbra**

Avenida de Conímbriga – Santa Clara, Ap.5015, 3041-901 Coimbra [geral@smtuc.pt](mailto:geral@smtuc.pt)

## **MACROESTRURA:**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **PRESIDENTE**

Jorge Miguel da Silva de Jesus

#### **VOGAL**

Maria João de Melo Pessoa de Oliveira

#### **VOGAL**

Nuno Miguel da Silva Faria

#### **DIVISÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO**

Óscar Carvalho Pinto Carneiro

#### **DIVISÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO**

Vago

#### **DIVISÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS**

Sandra Isabel Gonçalves Correia (*em regime de substituição*)

#### **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Sandra Isabel Gonçalves Correia (*em regime de substituição*)

#### **DIVISÃO COMERCIAL E CLIENTES**

Paulo Nuno Marques Nobre Machado (*em regime de substituição*)

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1. PERSPETIVAS PARA 2025</b>	<b>11</b>
Enquadramento Macroeconómico	11
Orientação Estratégica e Atividade Prevista em 2025	12
Recursos Humanos	16
Equipamentos e Manutenção	18
Comercial e Clientes	21
Grandes Opções do Plano (GOP)	21
Orçamento	21
<b>2. DADOS PREVISIONAIS 2025</b>	<b>27</b>
<b>3. TARIFÁRIO</b>	<b>32</b>
<b>4. NOMENCLATURA DAS LINHAS</b>	<b>35</b>
<b>5. POSTOS DE VENDA DE TÍTULOS DE TRANSPORTE</b>	<b>38</b>
<b>6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>39</b>
<b>7. ORÇAMENTO E DOCUMENTOS PREVISIONAIS</b>	<b>43</b>
Resumo do orçamento para o ano de 2025	43
Resumo económico da receita por capítulo e grupo	44
Resumo económico da despesa por agrupamento e Subagrupamento	45
Desenvolvimento do orçamento da receita	46
Desenvolvimento do orçamento da despesa	49
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	54
Demonstração Previsional de Resultados por Naturezas	56
Mapa de Endividamento com Empréstimos de Médio e Longo Prazo	57
<b>ANEXOS</b>	<b>58</b>

## **ANEXOS**

ANEXO I – Norma de Controlo Interno	59
ANEXO II – Autorização Prévia no âmbito da LPCA	78
ANEXO III – Regulamento Interno de Fundos de Maneio	81
ANEXO IV – Mapa de Pessoal	85
ANEXO V – Descrição das Responsabilidades Contingentes	95
ANEXO VI – Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais	96

## Introdução



O presente documento integra as principais informações referentes às Grandes Opções do Plano (GOP) para 2025 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC).

As GOP, enquanto instrumento de orientação operacional e económica do Conselho de Administração (CA) dos SMTUC, constituem um importante instrumento de planeamento, determinando as principais linhas de atuação e áreas de intervenção a seguir, de forma a dar resposta à oferta de serviço público determinada pelo Município de Coimbra, enquanto Autoridade Municipal de Transporte.

Face aos atuais desafios impostos pela busca da sustentabilidade, ambiental e económica, o setor dos transportes assume hoje um papel fulcral na mudança de paradigma no que toca à redução das emissões de carbono e à racionalização energética, através do incentivo à transferência modal do veículo individual para o transporte público.

Paralelamente, este setor representa um dos grandes motores da atividade económica e um importante impulsionador do desenvolvimento dos territórios pelo que, a centralidade do transporte público na mobilidade urbana, para além da vertente ambiental, afirma-se como um fator estruturante no desenvolvimento das sociedades e da sua coesão territorial e social.

Assim, os SMTUC, continuarão a sua política de incentivo ao uso do transporte coletivo promovendo o aumento da procura de passageiros, assente na eficiência, fiabilidade e qualidade do serviço prestado, assim como no rigor da gestão financeira.

Refira-se que o ano de 2024 continuou a ser marcado por fortes constrangimentos, quer financeiros, que traduziram na perda de receitas, quer operacionais, face aos fortes condicionantes ao nível da circulação rodoviária em Coimbra, por força das muitas obras em curso, que em muito limitou a gestão dos SMTUC, constrangimentos estes que continuarão a marcar o próximo ano.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas, particularmente em termos financeiros e de recursos humanos, foi possível aos SMTUC consolidarem o seu percurso de recuperação da procura de passageiros, relativamente ao período pré-pandémico.

A este respeito, é perspetiva que em 2025, a procura ultrapasse os 12,4 milhões de passageiros, continuando o caminho do crescimento com vista a alcançar o número de passageiros registados em 2019. O ritmo dessa recuperação irá, contudo, depender de múltiplos fatores, sobretudo de

natureza exógena, e que se traduzem especialmente no sector energético, particularmente devido ao clima de forte instabilidade e incerteza que se vive na Europa, em resultado do contexto mundial.

Apesar das diferentes variáveis exógenas, os SMTUC, em estreita articulação e cooperação com a Câmara Municipal de Coimbra, afirmam-se como um parceiro ativo na definição de um modelo de cidade direcionada para as pessoas em detrimento do perfil atual (ainda) excessivamente centrado e construído a pensar na mobilidade individual.

Ciente das implicações que as limitações da frota assumem na definição de uma política de transportes eficiente e que garanta a qualidade e a fiabilidade da operação, o CA dos SMTUC mantém a sua forte aposta na renovação da frota, numa ótica de superior desempenho ambiental e energético, a qual, face ao esforço de investimento envolvido, apenas se afigura possível em conjugação com fontes de financiamento externo, de carácter não reembolsável.

Com efeito, em 2024, suportado por financiamentos do POSEUR e do Município, os SMTUC reforçaram a sua posição, a nível nacional, como operador com elevada representatividade a nível de mobilidade elétrica, reafirmando a sua ligação centenária à tração elétrica, iniciada em 1911. A receção e entrada em operação de mais 12 novos miniautocarros e mais 10 veículos standard, no início do ano, permitiram atingir uma quota de veículos elétricos superior a 25% do total da frota.

Em 2025 será dada continuidade à política de renovação da frota, proposta pelos SMTUC e aprovada pelo Município, e de incentivo à utilização do transporte público, que se traduzirá num esforço de investimento de cerca de 14M€, no âmbito de uma candidatura ao Fundo Ambiental / Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, medida designada de RP-C21-12: Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos.

Com essa aquisição, para além de melhorar significativamente a eficiência energética e a poupança no consumo de combustível, estamos ainda a contribuir para a redução das emissões locais de gases com efeito de estufa, o que, traduzir-se-á numa poupança quer em termos de custos de energia quer de manutenção. A prossecução desta política de renovação da frota, nos próximos anos, permitirá continuar a baixar a idade média da frota e melhorar o conforto a bordo das viaturas.

Outra importante medida para o ano de 2025 assenta na disponibilização da nova solução de carregamento de títulos de transportes através de aplicação móvel, utilizando o smartphone do utilizador (TopUp), assente na tecnologia *NFC (Near Field Communication)*, mais um importante passo rumo à desmaterialização.

Também a política tarifária deverá contribuir para aumentar os níveis de procura em 2025, enquanto medida de apoio social, de apoio às famílias, de incentivo ao uso do transporte público, e por inerência de combate às alterações climáticas.

O caminho da gratuidade dos transportes, dando continuidade à política governamental, será, em 2025, alargado a todos os jovens até aos 23 anos.

Neste contexto, apenas os títulos ocasionais (de que são exemplo os Bilhetes pré-comprados, Bilhete de 1 dia e 7 dias e Bilhetes da Ecovia) serão sujeitas à atualização tarifária (TAT) a vigorar nos serviços de transportes de passageiros, nos termos estabelecidos pela Autoridade de Mobilidade e dos Transportes (AMT), numa medida de incentivo à aquisição prévia de títulos, de fidelização de clientes e de melhoria da fiabilidade da rede de transportes.

A comunicação e as campanhas de informação e sensibilização, face ao papel que assumem no comportamento das pessoas e na definição de novos hábitos, serão reforçadas com vista a promover o uso alargado do transporte público e direcionadas para a captação de novos clientes.

Adequadas ações com vista ao alargamento da rede de corredores BUS, particularmente em locais de trânsito condicionando, a concretização de parques periféricos articulados com a rede dos SMTUC, que potencie a implementação de uma política global de transportes eficiente, bem como a ampliação das zonas de estacionamento de duração limitada que, acompanhadas de um reforço da fiscalização, contribuam decisivamente para redução dos fluxos de tráfego automóvel e, por inerência, para a melhoria das condições de operação dos transportes públicos, serão convenientes por parte da gestão municipal.

Para a concretização de todos os objetivos definidos, devem os SMTUC contar com o efetivo envolvimento dos seus recursos humanos, razão pela qual, se prevê um plano formativo que inclui ações adequadas ao desenvolvimento e reforço de competências dos trabalhadores, assim como o recrutamento e integração de novos trabalhadores, a gestão da mobilidade interna externa e o reforço da assessoria técnica qualificada à tomada de decisão.

A redução de trabalhadores, que se tem verificado nos últimos anos, associada às dificuldades de renovação e fixação de quadros, transversal às várias categorias profissionais, é particularmente acentuada na categoria de Assistentes Operacionais, com funções de Agente Único e com funções na área de manutenção, ampliando de forma significativa e muitas vezes incontornável as condições de operação.

No ano de 2025, prevê-se que estas dificuldades possam ser agravadas pela pressão no mercado que outros operadores possam exercer na busca de motoristas.



Mas, embora de dimensão inferior, o mesmo problema tem-se registado ao nível de outras categorias, factos que afetam a operacionalidade dos serviços a vários níveis. Esta situação representa uma forte ameaça para a prossecução da atividade dos SMTUC, sendo agravada pelo número reduzido de candidatos que se apresentaram ao concurso, que não tem permitido preencher as vagas existentes nem constituir reservas de recrutamento. Esta situação é já do conhecimento das forças políticas, locais e nacionais, esperando-se que possam ser criados mecanismos que atenuem o acentuado fosso salarial entre o sector público e privado.

Com esta preocupação de fundo, prevê-se um efetivo de 555 trabalhadores para 2025, menos um posto do que o estabelecido em 2024.

No que respeita ao orçamento para 2025, o mesmo continuará pautado por fortes restrições financeiras, em resultado da atual conjuntura desfavorável e da elevada incerteza quando à evolução das receitas, assentando num montante 37.932.555 €, superior em 29% ao orçamento de 2024, muito por força das atualizações salariais e valorização remuneratória das carreiras impostas por lei.

No que respeita à receita total, 65% representam Receitas Correntes (24,6M€), 23,5% são Receitas de Capital e 11,6% Receitas Não Efetivas. Perspetiva-se que 44,1% do total da receita corrente resulte da venda de bens e serviços correntes, multas e outras receitas, e 55,9% de transferências correntes, das quais 92,1% são provenientes da Câmara Municipal de Coimbra (Obrigações do serviço público no valor de 3,5M €, sendo o montante restante proveniente das verbas do Programa Incentiva + TP previsto no Orçamento Geral do Estado – cerca de 9,2M €) e 7,9% da Administração Central (1,09M € relativos aos passes de antigo combatente, nos termos da portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro). Por sua vez, o montante relativo a Receitas de Capital, no valor de pouco mais de 8,9M €, refere-se à transferência do Fundo Ambiental / PRR.

No que respeita às Despesas totais, 54,8% representam Despesas Correntes (20,8M €) e 44,8% correspondem a Despesas de Capital (cerca de 17M €). Para as Despesas Correntes contribuem com cerca de 36,7% (mais de 14M €) as despesas com pessoal e 17,5% as de aquisição de bens e serviços 6,6M € (6,8% matérias-primas e subsidiárias (450m €), 43,7% em gasóleo (cerca de 3M €), e 10,5% em eletricidade).

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), estruturado em quatro objetivos estratégicos e respetivos programas, destaca-se a despesa com o investimento na frota que ascende a mais de 15M €, para a aquisição 30 autocarros elétricos (standard e midi).

Não merecerá, por certo, contestação o pressuposto de que só através da melhoria organizacional, da renovação da frota e da criação de melhores condições de trabalho dos funcionários,

lograremos fixar recursos humanos motivados e de qualidade e, conseqüentemente, fazer dos SMTUC uma verdadeira alternativa de transportes em Coimbra. Estes são os domínios prioritários de atuação do CA e que deverão assumir uma maior visibilidade em 2025. A concretização das GOP, enquanto instrumento de planeamento e de desenvolvimento dos SMTUC, cujo êxito deverá continuar a depender e a exigir o envolvimento coletivo, afirma-se assim como uma ferramenta suscetível de alavancar os SMTUC e o concelho de Coimbra para patamares de progresso e bem-estar cada vez mais elevados. É, pois, através do papel ativo dos SMTUC no sistema global de transportes de Coimbra, e, em particular, a nível da mobilidade sustentável, que queremos continuar a contribuir para uma cidade moderna, inovadora e com elevada qualidade de vida.

Novembro de 2025,

O Conselho de Administração

# 1. PERSPETIVAS PARA 2025

## Enquadramento Macroeconómico

“O balanço dos riscos subjacentes às projeções para a atividade é equilibrado. No caso da inflação, os riscos são em alta ao longo do horizonte. Na vertente internacional, uma evolução mais desfavorável da procura externa poderá advir de um agravamento das tensões geopolíticas, seja dos conflitos bélicos atuais ou da fragmentação do comércio global.

A possibilidade de uma evolução muito diferente da antecipada da política monetária fora da área do euro, em particular nos EUA, bem como o comportamento da atividade na economia chinesa, criam alguns fatores de incerteza em torno da atual projeção. O crescimento do rendimento disponível real poderá ser mais forte e transmitir-se ao consumo de forma mais acentuada do que o considerado nas atuais projeções.

No caso da inflação, o agravamento dos conflitos geopolíticos pode levar a um aumento dos preços de algumas matérias-primas. As recentes surpresas em alta no preço dos serviços sugerem que os efeitos indiretos e de segunda ordem do ciclo inflacionista poderão ser mais persistentes, adiando a convergência para o objetivo de inflação do BCE.

A economia portuguesa tem beneficiado de um enquadramento institucional e financeiro estável. Os equilíbrios macroeconómicos têm sido mantidos, conduzindo a uma redução do endividamento público e privado, que continua ao longo do horizonte de projeção. Alguns fatores estruturais, como o aumento da taxa de atividade e da qualificação média da população, explicam também a robustez recente. No entanto, existem desafios globais de natureza económica, geopolítica, climática e demográfica, que reforçam a necessidade de aprofundar o quadro de cooperação multilateral consubstanciado pela União Europeia.”

*[Boletim Económico (BE) – junho 2024 do Banco de Portugal]*

De acordo com o *Banco de Portugal*, podem apresentar-se as seguintes projeções para os anos de 2025 e 2026, para Portugal:

PROJEÇÕES ECONÓMICAS	2025	2026
Produto Interno Bruto	2,3	2,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	2,1	2,0
Consumo Privado	1,9	1,8
Consumo Público	0,9	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	6,1	5,0
Exportações	3,7	3,4
Importações	4,3	3,5
Emprego	0,8	0,8
Taxa de desemprego	6,6	6,6

*Legenda: - unidade: taxa de variação anual em percentagem  
Projeções atualizadas em 7 de junho de 2024.*

## Orientação Estratégica e Atividade Prevista em 2025



Os SMTUC são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra, com o principal objetivo de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, satisfazendo as necessidades de mobilidade e acessibilidade da população, garantindo a função social e a sustentabilidade do serviço prestado. Nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, em 2019 o Município de Coimbra assumiu responsabilidades como Autoridade de Transportes, sendo os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) os *meios próprios* dessa mesma autoridade municipal.

Como serviço público municipal, pese embora os constrangimentos resultantes da dificuldade em reunir os recursos necessários, o principal desafio prende-se com a melhoria da qualidade do serviço e o aumento do número de passageiros transportados, com vista a superar os resultados verificados no período de pré-pandemia COVID-19. Importa, pois, continuar a proporcionar um serviço de transporte público que se constitua como uma verdadeira alternativa ao transporte particular, assegurando estes Serviços Municipalizados o cumprimento da sua Missão de “Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo”, tendo sempre presente o seu cariz eminentemente social. Neste âmbito, em 2025, um dos principais objetivos passa pela racionalização e monitorização da rede de transportes, adequando a oferta à procura, face aos recursos disponíveis. A articulação com as restantes operadores de transporte será de primordial importância para a melhoria da mobilidade da população em geral e para cumprimento do objetivo.

Por conseguinte, a adequação da oferta de transportes públicos na procura, com o principal foco nas horas de ponta e no transporte escolar, acompanhada de políticas de dissuasão de utilização do transporte individual no centro urbano, são essenciais para a melhoria da qualidade do serviço. A responsabilidade social continuará a ser reforçada privilegiando o carácter social do serviço prestado às populações mais desfavorecidas e aos idosos, sem esquecer a satisfação das necessidades de transporte dos jovens para os diversos estabelecimentos de ensino básico, secundário e universitário.

A melhoria da regularidade e da pontualidade do serviço de transporte de passageiros que é disponibilizado é um fator determinante para a avaliação da rede de transporte, sendo a minimização dos impactos das perturbações cada vez mais um fator diferenciador. Por esse facto, mantém-se a aposta na informação disponibilizada aos clientes, designadamente a difundida em tempo real, através de painéis instalados em zonas de paragem, mas essencialmente com recurso à utilização de dispositivos eletrónicos (aplicações móveis), potenciando a utilização dos transportes públicos, minimizando custos de implementação e manutenção. Para que esta informação seja disponibilizada é fundamental continuar a garantir em pleno a operacionalidade do *Sistema de Apoio à Exploração (SAE)*, assim como a sua interligação com o *Sistema de Bilhética*, essencial na gestão diária da rede de transportes, sendo objetivo de curto prazo recorrer a esta tecnologia no auxílio ao pessoal tripulante, promovendo uma condução mais segura e mais económica.

Conscientes da sua responsabilidade social e não sendo possível ao serviço regular de passageiros dar resposta a todas as necessidades de mobilidade das populações, nomeadamente das pessoas com mobilidade condicionada, manter-se-á a aposta no *Transporte a Pedido / Serviço de Transporte Especial*, com o reforço da frota e a melhoria da qualidade do serviço. Por esta via colmatam-se algumas das limitações do transporte público convencional, permitindo a acessibilidade a estes passageiros, nomeadamente aos que façam uso de cadeira de rodas, também em zonas não servidas pela rede regular de transportes públicos, respondendo às necessidades de quem carece de um serviço mais específico, de maior proximidade e com maior flexibilidade de horários e percursos. Este serviço revela-se de enorme importância para a generalidade dos seus clientes, com principal destaque para o efetuado no âmbito do transporte escolar.

No que se refere ao *Sistema ECOVIA*, que tem como principal objetivo tornar mais sustentável a mobilidade urbana através da redução do impacto negativo sobre o meio ambiente e a qualidade de vida, mediante a criação de zonas de interface modal (transporte individual – transporte coletivo), com recurso a miniautocarros 100% elétricos, no ano 2025 importa consolidar o serviço, tornando-o uma verdadeira alternativa de transporte no acesso à Universidade e à zona hospitalar de Celas.

No âmbito do Projeto Piloto de *Transporte de Passageiros Flexível (TPF)*, implementado em setembro de 2024, beneficiando as populações da zona de Cernache, importa efetuar a devida monitorização e avaliação.

A necessidade de promover a melhoria de qualidade de vida na Cidade de Coimbra, de garantir a proteção da zona histórica, reconhecida internacionalmente pela UNESCO como Património

Mundial da Humanidade, de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, bem como a utilização de combustíveis fósseis, proporcionando uma mobilidade da população mais segura, confortável, económica e ambientalmente mais sustentável, foram decisivas para se avançar em 2024 com a candidatura ao Fundo Ambiental / PRR para aquisição de novos autocarros elétricos. A entrada em funcionamento das viaturas resultantes deste projeto, prevista para 2025, será um fator preponderante para o rejuvenescimento da frota e a melhoria da qualidade do serviço, designadamente da fiabilidade, comodidade, segurança e acessibilidade ao transporte coletivo. O Município de Coimbra continua, assim, a assumir a ligação centenária à mobilidade elétrica, dando continuidade a uma política de mobilidade sustentável, através da promoção de "um transporte mais limpo e melhor".

Fundamental é também manter a aposta numa política de integração tarifária para o Concelho de Coimbra, iniciado com o projeto de *Integração Tarifária*, enquadrado no *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)*, designadamente na diversificação da rede de vendas e do processo de aquisição e carregamento de títulos de transporte, e aumentando a rede de *máquinas automáticas* de venda de títulos. O aumento da receita da venda de títulos de transporte, através da captação de novos clientes e incentivando a um uso mais alargado do transporte público, apoiado em campanhas de promoção, no reforço da fiscalização nos transportes e na implementação de medidas restritivas ao uso do transporte particular em meio urbano, são essenciais para o êxito desta medida.

Nesta mesma linha a aposta num sistema intermodal para a região de Coimbra, cujos primeiros passos já foram dados com a constituição da AGIT – Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, constitui uma importante medida no incentivo ao uso dos transportes públicos de passageiros, juntamente com o crescente incentivo e gratuidade conferida aos jovens.

Relativamente ao estacionamento, face às várias intervenções na cidade e conseqüente redução dos lugares inseridos em áreas de estacionamento controladas por parquímetros, impõe-se a criação de novas zonas de estacionamento de duração limitada que, acompanhadas de um reforço da fiscalização, contribuam decisivamente para a melhoria da regulação do trânsito e das condições de circulação dos transportes públicos e adicionalmente, resultem no aumento das receitas e conseqüente redução da dependência destes Serviços Municipalizados à Câmara Municipal.

A reorganização interna, o aperfeiçoamento do modelo de gestão e do processo de comunicação, as valorizações dos recursos humanos, com reforço das suas competências, continuam a ser uma aposta que visa a melhoria contínua do serviço prestado e a satisfação dos nossos clientes. Assim, os esforços serão centrados na qualidade do serviço, no respeito pelos clientes, na gestão racional

dos recursos disponíveis e na dinamização de novos métodos de gestão, potenciando as competências adquiridas.

## Recursos Humanos



As políticas previstas para esta área estão fixadas de acordo com os objetivos definidos pelos SMTUC para 2025, que passam, designadamente pela gestão dos recursos disponíveis e dos processos de admissão de novos trabalhadores.

Continuaremos a tentar adequar a dimensão do efetivo às necessidades dos SMTUC, face às diversas dificuldades sentidas na sequência de aposentações, denúncias de contrato/exonerações que têm vindo a ocorrer nos últimos anos e situações de doença prolongada, com especial enfoque na categoria dos Assistentes Operacionais com funções de Agente Único.

À semelhança do que aconteceu no corrente ano, com a abertura de procedimentos concursais com um número de candidatos admitidos insuficientes para o preenchimento das vagas, estamos em crer que se vão manter as dificuldades de contratação para o ano de 2025, enquanto se continuam a verificar saídas por aposentações e por denúncias de contrato devido às diferenças salariais entre serviço público privado. Acresce que a entrada em funcionamento do sistema do metro Mondego em 2025 pode também motivar saídas de Agentes Únicos, dificultando a prestação do serviço público de transportes.

Manter-se à em funcionamento o Gabinete Médico, designadamente na área da Medicina no Trabalho, com o Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho a garantir a articulação com o prestador de serviços de modo a dinamizar atividades para a promoção da saúde ocupacional, identificando práticas de saúde que favoreçam a existência de locais de trabalho saudáveis e a minimização dos riscos psicossociais.

Continuaremos a identificar as necessidades de formação dos trabalhadores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas capacidades, preparando-os para lidar com a mudança e a inovação.

O mapa de pessoal foi elaborado nos termos dos artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo como pressuposto a nova estrutura orgânica dos SMTUC publicada na 2ª Série do Diário da República, n.º 175, de 10/09/2024 e contém a indicação do número de postos de trabalho ocupados e necessários para o desenvolvimento da sua atividade, evidenciando essencialmente a carência de pessoal



operacional.

Esses postos de trabalho são caracterizados em função das atribuições, atividades e competências que cada titular deve cumprir ou executar, ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondem e, dentro de cada carreira e/ou categoria, a formação académica ou profissional de que o ocupante deve ser titular.

Para efeitos do cumprimento do artigo 31.º do diploma acima referido, a elaboração do orçamento das despesas com o pessoal, para além da dotação necessária para o pagamento das remunerações do pessoal em exercício de funções, considerou também as verbas destinadas à cobertura dos encargos com o recrutamento de pessoal necessário à ocupação dos postos de trabalho disponíveis previstos no Mapa de Pessoal, a previsão de atualização salarial e as verbas destinadas às valorizações remuneratórias por alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.

## Equipamentos e Manutenção



Após os grandes condicionalismos que se registaram nos últimos anos, as projeções económicas para 2025 apontam para uma recuperação da economia portuguesa, que poderá não atingir todo o seu potencial de crescimento devido ao panorama internacional, onde se mantém um clima de forte instabilidade e incerteza, fruto da continuidade do conflito na Ucrânia e no Médio Oriente. Assim, é natural que a economia portuguesa sofra ainda alguns impactos diretos e indiretos resultantes desta situação, refletindo-se nomeadamente numa taxa de inflação superior ao desejável, com o consequente impacto na subida de preços em 2025, de acordo com as previsões do Banco de Portugal.

Fruto da reestruturação das unidades orgânicas dos SMTUC, a Divisão de Manutenção e Equipamentos conta na sua subestrutura com o Setor de Manutenção e Reparação, Serviço de Manutenção de Infraestruturas e com o Serviço de Equipamentos Auxiliares. Esta reestruturação pretende aumentar o foco da Divisão na manutenção e reparação de viaturas assim como nas infraestruturas dos SMTUC.

Considerando este panorama para 2025, os SMTUC através da área de Equipamentos e Manutenção procurarão dar a melhor resposta possível às solicitações dos seus vários públicos, com especial foco na garantia de melhores condições de trabalho dos funcionários e na melhoria na resposta às solicitações internas e externas.

No que respeita ao Setor de Manutenção e Reparação, no próximo ano, existirá uma continuidade na política de investimento em novas ferramentas individuais e coletivas, tanto para os trabalhadores da oficina como para os da estação de serviço, e em equipamento oficial que permita colmatar carências em termos do número de recursos humanos dessa área e melhorar as condições de trabalho existentes, aumentando assim a capacidade de execução de manutenção preventiva e curativa nas viaturas.

Ainda como forma de melhorar a operacionalidade dos serviços serão revistos e implementados novos procedimentos para a realização de manutenções programadas, como forma de melhor planear a operacionalização dos recursos existentes (humanos e materiais), o que permitirá antecipar e diminuir immobilizações prolongadas, aumentando a capacidade de resposta oficial, através da maximização do controlo e gestão de tempos de reparação.

Em 2024 entraram ao serviço as viaturas novas, mais concretamente 10 novos autocarros elétricos standard e 12 novos miniautocarros elétricos, bem como 22 novos carregadores resultantes de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR). No ano de 2025 prevê-se, como referenciado anteriormente, dar continuidade à política de renovação da frota e de incentivo à utilização do transporte público definida pelo Conselho de Administração dos SMTUC, estando prevista a aquisição de 30 novos autocarros, standard e médios, cofinanciados pelo Fundo Ambiental / PRR.

Com esta renovação da frota e respetivos abates, a sua idade média continuará a baixar relativamente aos últimos anos, o que representa um esforço significativo na aproximação dos SMTUC às reais necessidades dos vários públicos e às exigências ambientais e energéticas.

Desta forma em 2025 beneficiando da reestruturação interna dos SMTUC e continuidade da aposta na renovação e modernização da frota, continuaremos a trabalhar afincadamente na manutenção com o objetivo de diminuir a taxa de imobilização total, procurando maximizar os seus recursos, despendendo menos tempo em reparações e contribuindo assim para a prestação de um serviço de excelência à população.

## Comercial e Clientes



Para o ano de 2025, a Divisão Comercial e Clientes prevê a implementação de diversas medidas estratégicas que visam modernizar e melhorar a experiência dos utilizadores dos transportes públicos em Coimbra. Entre estas medidas, destaca-se a instalação de novas Máquinas Automáticas de Venda e Carregamento, que irão reforçar a rede de pontos de acesso para aquisição de títulos de transporte e carregamentos, facilitando o processo para os passageiros.

Será também realizado um upgrade do Portal "Coimbra Convida", que permitirá a emissão de passes com a conveniência de entrega ao domicílio, otimizando o serviço prestado aos cidadãos e reduzindo a necessidade de deslocações físicas para aquisição de passes.

Adicionalmente, será introduzida uma solução inovadora que permitirá aos passageiros adquirir bilhetes diretamente nos autocarros, simplificando e acelerando o processo de compra a bordo.

Em paralelo, serão desenvolvidas ações promocionais de carácter sazonal e trimestral para divulgar e promover o uso do transporte público, incentivando a adesão de novos utilizadores e reforçando a imagem dos SMTUC enquanto serviço essencial para a mobilidade urbana sustentável.

Será também fomentado o estabelecimento de parcerias com diversas entidades, como empresas, universidades e associações, com vista a promover a utilização combinada do transporte público e parques de estacionamento, facilitando o acesso aos transportes e reforçando a integração entre diferentes modos de mobilidade.

Estas iniciativas reforçam o compromisso dos SMTUC com a inovação, a melhoria contínua dos serviços prestados e a promoção ativa do transporte público, respondendo de forma eficaz às necessidades dos seus clientes e contribuindo para a modernização do sistema de transportes urbanos de Coimbra.

## Grandes Opções do Plano (GOP)



As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2025 dos SMTUC elaboradas pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 13.º da Lei 50/12, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, a apresentar à Câmara Municipal, e a submeter à Assembleia Municipal, apresentam-se em cumprimento da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013 e suas alterações, que determina o regime jurídico das autarquias locais.

Os documentos previsionais para 2025 têm a estrutura contabilística determinada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovada através do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, que entrou em vigor em 01/01/2020 e que revogou o POCAL (com exceção dos pontos referentes ao controlo interno, regras previsionais e modificações orçamentais).

Os documentos previsionais para 2025 e para os 4 anos seguintes, são constituídos pelas Grandes Opções do Plano (GOP) que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), Orçamento para 2025, bem como em anexo, a Norma de Controlo Interno, a Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assumir compromissos plurianuais, o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, o Mapa de Pessoal, a Descrição de Responsabilidades Contingentes e as Responsabilidades Financeiras resultantes de compromissos plurianuais, prosseguindo as premissas fundamentais dos anos anteriores.

Nos termos do n.º 46 do ponto 11 da Norma da Contabilidade Pública (NCP 26) do SNC-AP, (Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro e posteriores alterações), as demonstrações orçamentais a elaborar são:

- Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (ano seguinte e mais quatro anos);
- Plano Plurianual de Investimentos;
- Demonstração de Resultados Previsional (n.º17 do ponto 6 NCP1 do SNC-AP);

Apesar da falta de regulamentação referida no art.º 47.º do RFALEI, os SMTUC apresentam o seu Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento para 2025 num quadro financeiro móvel para quatro anos.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é estruturado em quatro objetivos estratégicos e respetivos programas, que concretizam projetos e ações definidas que visam a prossecução da prestação do serviço de transporte público, **apresentando um valor total de 27.753.455 €, com financiamento definido de 17.006.885 €:**

**OBJETIVO 01** – Investimento na melhoria da Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros: no montante de 16.431.175 €; representa cerca de 96,6% do investimento total com financiamento definido.

Dando cumprimento ao Plano de Renovação da Frota, aprovado em 8 de maio de 2023 pela Câmara Municipal, traçado para reduzir a idade média da frota e a taxa de imobilização, os SMTUC seguem alinhados com a estratégia da descarbonização dos Transportes Públicos, e preveem adquirir 30 veículos elétricos, 14 standard e 16 Midi.

Inclui-se ainda a aquisição de 17 carregadores e a ampliação da atual capacidade dos postos de transformação.

Para este projeto, no total de 15.934.862 € (IVA incluído), os SMTUC apresentaram candidatura ao “Aviso N.º 01/C21-il2/2024 – “Descarbonização do Transportes Públicos” do Fundo Ambiental, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O financiamento do projeto é assegurado pelo (PRR) no valor de 8.617.925 € e por um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 4.384.000 €.

Integra-se também neste objetivo o projeto de aquisição de uma viatura de transporte especial no valor de 85.000 € com vista a aumentar a oferta e melhorar a prestação do serviço aos clientes com mobilidade reduzida.

**OBJETIVO 02** - Investimento na melhoria das condições de trabalho e atendimento dos munícipes: ascende a 245.660 € com financiamento definido, destacando-se os seguintes projetos:

- Reabilitação dos edifícios administrativo e Industrial;
- Melhoria das condições de informação ao público e comodidade;
- Aquisição de mobiliário;
- Equipamento informático;
- Outro equipamento administrativo.

**OBJETIVO 03** – Investimento na racionalização de estacionamento no centro da cidade: contempla a aquisição de equipamentos para as zonas de estacionamento de duração limitada no valor de 45.010 € com financiamento definido.

**OBJETIVO 04** - Investimentos diversos: Destaca-se a aquisição de programas informáticos para atualização tecnológica dos SMTUC, de modo a simplificar e automatizar processos, melhorar a qualidade e rapidez da informação prestada e dar cumprimento às exigências do SNC-AP, nomeadamente no que diz respeito à Norma de Contabilidade Pública 27, no valor de 285.040 € com financiamento definido.

Para garantir a cobertura dos investimentos previstos no Plano Plurianual de investimentos estão previstas as seguintes fontes de financiamento:

Administração Central (PRR) – 62%

Empréstimo (via Câmara Municipal de Coimbra) – 31,5%

SMTUC – 4,5%

Câmara Municipal de Coimbra – 2%.

## Orçamento



O orçamento destina-se a orçar a receita e a autorizar a aplicação do seu produto na prestação do serviço público durante um ano económico. É uma previsão de recebimentos e pagamentos, para um período de um ano civil, que pressupõe a autorização pelo órgão competente (neste caso, a Assembleia Municipal) para que os SMTUC possam arrecadar receitas e assumir compromissos até aos montantes estabelecidos no Orçamento e em cumprimento com a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº 22/2015, de 17 de março, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

A Receita Total e a Despesa Total previstas para 2025 totalizam 37.932.555 €, prevendo-se um saldo corrente de 3.859.335 € que financia Despesas de Capital, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental global prevista no nº 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) nos seguintes termos:

Equilíbrio Orçamental	LFL (artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9)
Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos MLP ≤ Receita corrente bruta cobrada	

(a) Despesa Corrente prevista 20.778.870 €

(b) Amortização média de Empréstimos de MLP 156.276 €

(c)=(a)+(b) 20.935.146 €

(d) Receita corrente bruta prevista 24.638.205 €

(e) = (d) - (c) Saldo 3.703.059 €

Em termos globais o presente orçamento apresenta um incremento de (+) 8.554.726 €, correspondendo a um acréscimo de 29,12% face ao orçamento de 2024 cujas dotações iniciais se situavam nos 29.377.829 €.

As receitas correntes deverão atingir o montante de 24.638.205 €, com vista a financiar as despesas correntes de 20.778.870 €. Consequentemente, o seu diferencial, no montante de 3.859.335€, destina-se a suportar, em conjunto com as receitas de capital no valor de 8.910.350 € e receitas em passivos financeiros, no valor de 4.384.000 €, as despesas de capital e passivos financeiros que



se prevê atingirem o montante total de 17.153.685 €.

As receitas correntes e as receitas de capital, representando 64,95% e 23,49% do total do Orçamento da Receita, respetivamente, enquanto as receitas não efetivas representam 11,56%.

Na estrutura das receitas correntes, as taxas, multas e outras penalidades têm um peso de 6,39%, as vendas de bens e serviços e outras receitas correntes representam 20,36% e 17,36%, pertencendo o maior peso 55,89% às transferências correntes.

Na rubrica das transferências correntes com o total de 13.771.063 €, destacam-se as transferências da Câmara Municipal de Coimbra no valor de 12.684.472 €, que incluem Obrigações de Serviço Público no valor de 3.500.000 €, sendo o montante restante proveniente das verbas do Incentiva +TP e da Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro (condições de atribuição de passes gratuitos sub 18 + TP e sub 23 + TP), no valor de 4.173.689 € e 5.010.753 €, respetivamente, no âmbito dos programas criados pelo Governo para a promoção dos transportes públicos, considerando o seu contributo decisivo, no contexto das alterações climáticas, para atingir as metas de descarbonização da sociedade assumidas por Portugal.

As transferências provenientes de Serviços e Fundos Autónomos no valor de 1.086.531 € referem-se à compensação a transferir pelo IMT, na sequência da criação do passe de antigo combatente, nos termos da portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro.

Nas Receitas de Capital, que totalizam 8.900.250 €, está incluída uma transferência de capital no âmbito da candidatura ao PPR, no montante de 8.617.925 € para financiamento do projeto de aquisição de 30 autocarros elétricos (14 standard e 16 midi), respetivos carregadores e posto de transformação bem como uma transferência de capital no valor de 282.245 € proveniente do Orçamento do Estado e da Câmara Municipal de Coimbra.

As receitas não efetivas no valor de 4.384.000 € referem-se ao valor a utilizar do empréstimo autorizado pela Assembleia Municipal e contratualizado junto da Caixa Geral de Depósitos para financiamento do investimento não elegível da candidatura apresentada junto do PRR.

Por sua vez as Despesas Correntes ascendem a 20.778.870 € e as Despesas de Capital cifram-se em 17.006.885 €, representando 54,78% e 44,83% do total do Orçamento da Despesa, respetivamente, enquanto as despesas não efetivas representam apenas 0,39%.

Nas Despesas Correntes, o agrupamento 01 – Despesas com pessoal, corresponde a 36,71% do total do orçamento, no valor de 13.926.040 €.